

Expresso

14-10-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Justiça

Dimensão: 509 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 34

Justiça
de Perdição

Maria José Morgado

AS ASAS DE UM ESTATUTO

ra um colóquio sobre o combate à corrupção. O orador seguinte confidenciou-me

com um brilho nos olhos:

“E se falássemos de teatro ou de cinema, gosto de cinema, em vez disto?”

Ele falou daquilo e também de cinema numa metáfora interessante sobre a verdade em julgamento. Deslizo agora para outra mistura cinéfila: as “Asas do Desejo”, de Wim Wenders, a propósito do debate público sobre o novo estatuto do Ministério Público. O simbolismo do filme faz-me pensar nos difíceis caminhos de transição do Ministério Público atual.

É um tema que me inspira pensamentos bizarros, por exemplo quando no filme o detetive Colombo passeia por entre as ruínas de uma Berlim pós-guerra, encontra o anjo que queria ser humano, conversam sobre o tempo que não existe, a trapezista a deambular depois da falência do circo, personagens desfasadas num mundo destruído e à procura de outro.

Será o estatuto do Ministério Público capaz de adaptar o seu modelo de governo e de funcionamento às últimas transformações e exigências judiciais, ou será apenas mais uma inutilidade?

O projeto parece afogado num modelo confuso, propiciador de procuradores do tipo “Blade Runner”, com demasiadas chefias sobrepostas e poderes repetitivos, sem lógica

O projeto parece afogado num modelo confuso, propiciador de procuradores do tipo “Blade Runner”, com demasiadas chefias sobrepostas e poderes repetitivos

de progressão por mérito, sem efetiva autonomia dos meios financeiros e tecnológicos para a investigação criminal.

Este projeto não parece resolver nada, sendo inegável estarmos num ponto de viragem. Pessoalmente, desvalorizo esta discussão designadamente, sobre a crença de um modelo de autogoverno diferente ou mais eficaz ou as potencialidades reformistas de um novo projeto de compromisso entre o passado e o presente.

Apetece-me mais recordar as aventuras e desventuras terrenas a que se assiste diariamente nas comarcas. Onde encontro sempre os homens e mulheres que todos os dias mantêm atuante o MP que somos, que falam com as polícias, despacham processos, vão aos julgamentos, ouvem as pessoas e são os heróis anónimos deste filme.

Encontro-os na penúria tecnológica mais completa, limitada ao atual sistema informático artesanal, sem qualquer compensação ao nível de funcionários ou de simplificação na modernização dos métodos de trabalho, além das pequenas melhorias que têm sido anunciadas.

Experimentar diretamente as alegrias e tristezas de cada dia nestes cenários árduos ajudaria a compreender o que seria decisivo num estatuto. Perde-se a urgência de capacidade de organização com meios tecnológicos adequados, efetivos, na capacidade de subir com mérito numa carreira verdadeira, de fórmulas de autonomia eficazes em vez de circuitos burocráticos ligados por adesivos regulamentares. Um estatuto não é um regulamento. São princípios de organização inteligente, podiam ser asas, talvez.

Eu gosto da trapezista do filme quando perde a profissão e vagueia num bar ao som da voz de Nick Cave. “Agora o tempo somos nós”, diz ela ao ex-anjo ou ao detetive ou aos dois. Como os personagens desta história procuro sacudir a angústia de um MP sem asas, ou de um desejo sem palavras.